

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 61 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

— Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta minutos, no Centro de Interpretação do Parque Botânico Arbutus do Demo, em Vila Nova de Paiva, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros:-----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Presidente	Joaquim António Marques Bonifácio
Carregal do Sal	10.099	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	16.514	Vice-Presidente	Eurico Manuel Almeida Moita
Mangualde	20.330	Presidente	João Nuno Gonçalves Azevedo
Nelas	13.861	Presidente	José Manuel Borges da Silva
Oliveira de Frades	9.415	Presidente	Luís Manuel Martins de Vasconcelos
Penalva do Castelo	8.819	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	11.563	Presidente	Leonel José Antunes Gouveia
São Pedro do Sul	17.274	Presidente	Vítor Manuel de Almeida Figueiredo
Sátão	13.992	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	29.213	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	-----	-----
Vouzela	10.171	Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Lobo

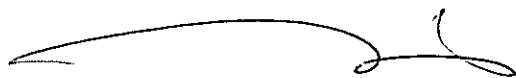
— A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

— 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 06/09/2016;-----

— 2 - Apresentação, análise e discussão do trabalho desenvolvido pela Plataforma de Cooperação Institucional organizada em Redes, no âmbito da operacionalização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 3 - Análise, discussão e ratificação do Despacho do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, no âmbito da proposta de desistência do projeto da CIM Viseu Dão Lafões, identificado no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, na prioridade de investimento 6.1, de acordo com a Informação de Serviço n.º 309/2016, de 22 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 4 - Análise, discussão e votação, no âmbito do artigo 10º do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros, da intenção de aceitação da Delegação de



Competências dos Municípios na CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º 315/2016, de 26 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

— 5 - Análise e discussão da versão preliminar do Programa Nacional para a Coesão Territorial, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 6 - Análise, discussão e votação da 5ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2016, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----


— 7 - Análise, discussão e ratificação das propostas de integração da CIM Viseu Dão Lafões nos Comitês Consultivos de várias Incubadoras do território, nomeadamente, Incubadora de Empresas Carmelitana e da Oficina de Artes Criativas, geridas pelo Município de Tondela; Incubadora de Empresas do IPV/ADIV; Incubadora de Empresas do CIDEM, gerida pelo município de Mangualde; e Incubadora gerida pelo município de São Pedro do Sul, de acordo com a Informação de Serviço n.º 291, de 19 de agosto, com as Informações de Serviço n.ºs 302/2016, 304/2016, de 12 de setembro, e a Informação de Serviço n.º 314/2016, de 26 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

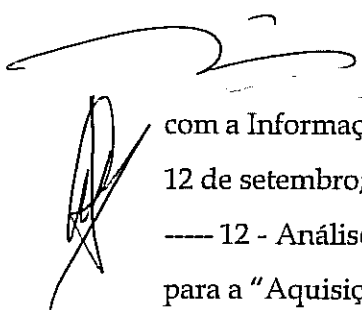
— 8 - Análise, discussão e votação da proposta de Regulamento da 2ª edição do Concurso de Ideias de Negócio, no âmbito do projeto da Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º 278/2016, de 8 de agosto, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 9 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a realização da 2ª edição do Concurso de Ideias de Negócio - Wanted Business Ideas”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 303/2016, de 12 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 10 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para implementação da 6ª edição do programa de empreendedorismo nas escolas de Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 307/2016, de 20 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 11 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a elaboração do estudo dos planos estratégicos no âmbito do Património Natural na Região Viseu Dão Lafões”, no âmbito da candidatura a apresentar ao aviso n.º CENTRO-14-2016-05, na tipologia “Património Natural”, de acordo





com a Informação de Serviço nº 280/2016, de 8 de agosto, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- 12 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços no âmbito do apoio à implementação e acompanhamento de diversos projetos da CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do Portugal 2020", de acordo com a Informação de Serviço nº 318/2016, de 27 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver "quórum" para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião. -----

--- Período de Antes da Ordem do Dia. -----


--- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- O Dr. José Morgado Ribeiro continuou a sua intervenção, informando, os presentes, que a Câmara Municipal de Mangualde tinha remetido um ofício à CIM onde solicitava apoio financeira para o evento "Feira dos Santos", sendo que em virtude de ainda não estar aprovado o regulamento intermunicipal para a atribuição de subsídios, não era possível, a exemplo de anteriores pedidos, satisfazer o mesmo. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, informando, o Conselho Intermunicipal que 1ª Feira do vinho, Produtos Tradicionais e Artesanato Portugueses em Bruxelas, tinha visto adiada a sua data de realização, que era entre os dias 11 e 13 de novembro do corrente ano, tendo a mesma passado para os dias 27, 28 e 29 de janeiro de 2017, sendo que tudo o mais que se encontrava previsto acontecer não tinha sofrido qualquer tipo de alteração. -----

--- Ainda a este respeito, o Senhor Secretário Executivo, alertou os Senhores Presidentes para a necessidade de se continuar a trabalhar nas ações a desenvolver no referido evento, pelo que iria ser remetido um e-mail aos municípios com o intuito de ser efetuado um ponto de situação do trabalho desenvolvido por estes. -----

--- Continuou a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, informando, que a CIM Viseu Dão Lafões, tinha recebido uma solicitação dos Municípios de Mangualde e Penalva do Castelo onde era manifestado o interesse destes municípios na celebração de um contrato



interadministrativo, entre estes municípios e a CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito da Estrada Municipal 604 que liga a Estrada Nacional 329-1 à freguesia de Germil no concelho de Penalva do Castelo, com o intuito de delegar nesta todas as competências relacionadas com os procedimentos necessários à celebração de contrato de empreitada pública. —————

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Penalva do Castelo, Senhor Francisco Carvalho, que afirmou ser este projeto um projeto que iria beneficiar muito o seu concelho, nomeadamente as populações da freguesia de Germil, sendo que os municípios assumiam, junto da CIM e em partes iguais, todos os encargos financeiros que a CIM Viseu Dão Lafões viesse a ter. —————

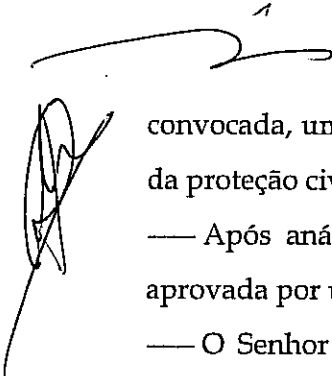
— Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, informando, o Conselho Intermunicipal, que a CIM tinha submetido uma candidatura intermunicipal na área da Modernização Administrativa, tal como tinha sido delineado em conjunto com os municípios, tendo informado, também, que tinha sido remetida uma cópia da mesma aos municípios. —————

— O Dr. Nuno Martinho continuou a sua intervenção, informando, os presentes, que a reunião de arranque do projeto “Centro de Competências de Gestão de Vias”, que se encontrava inserido no projeto de serviços partilhados que a CIM tinha visto aprovado pela DGAL, se tinha realizado no passado dia 15 de setembro, sendo que já se encontrava fechado o modelo de operacionalização e as equipas de projeto municipais devidamente identificadas. —————

— Concluiu este tema, o Dr. Nuno Martinho, salientando, que, ainda, durante o mês de outubro se iriam realizar as primeiras ações de formação. —————

— O Senhor Secretário Executivo continuou a sua intervenção referenciando todo o trabalho desenvolvido pela CIM e pelos municípios na área da proteção civil, quer na área da cartografia de risco quer na área das comunicações, através da aquisição de rádios, pelo que na sua opinião era chegado o momento de a CIM e os municípios desenvolverem mais um projeto nesta área, de forma a dar resposta a necessidades efetivas de um conjunto de municípios, no que aos Planos Municipais de Emergência dizia respeito. —————

— Assim, o Dr. Nuno Martinho propôs ao Conselho Intermunicipal que a CIM Viseu Dão Lafões assumisse a liderança de um projeto que permitisse que todos os municípios da CIM ficassem com o seu Plano Municipal de Emergência elaborado ou atualizado, sendo que a CIM lideraria a contratualização dos serviços, de forma a obterem-se ganhos de escala e que caso a presente proposta merecesse a aprovação dos Senhores Presidentes seria



convocada, uma reunião onde seriam convidados os Senhores Vereadores com o pelouro da proteção civil e um técnico da área para definir a melhor estratégia de atuação. -----

— Após análise, pelos Senhores Presidentes, da proposta apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

— O Senhor Secretário Executivo informou, também, o Conselho Intermunicipal que tinha sido publicado o aviso de abertura de concurso para a área da eficiência energética. -

— O Dr. Nuno Martinho, referiu, também, que em sede de PDCT Viseu Dão Lafões 2020 o Conselho Intermunicipal tinha feito a opção de intervir ao nível das piscinas, contudo o presente aviso permitia que se realizassem um conjunto de intervenções que até aqui não eram permitidas, pelo que era importante aferir se valeria a pena encetar um processo negocial com a CCDR do Centro com vista à alteração da opção inicial, sendo para tal importante perceber quais eram as intenções, atuais, dos municípios.-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que começou a sua intervenção concordando com a forma como o Senhor Secretário Executivo tinha colocado a questão, tendo proposto, para o efeito, que se avaliasse a possibilidade de ser realização uma intervenção intermunicipal ao nível das auditorias energéticas, liderada e contratualizada pela CIM.-----

— Assim, o Conselho Intermunicipal aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada.

— O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, continuou a sua intervenção informando que se tinham realizado e estavam a realizar reuniões individuais com os municípios para preparação da candidatura da CIM à prioridade de Investimento 6.3, dado se encontrar aberto o aviso para o património natural. Assim, a CIM encontrava-se a trabalhar, numa candidatura, dentro do modelo definido pelo Conselho Intermunicipal que afetou uma verba, a rondar os cem mil euros, para esta candidatura, a subtrair ao valor contratualizado para a sinalização turística. Concluiu, este assunto, informando, que a proposta de candidatura, seria analisada na próxima reunião do Conselho Intermunicipal, bem como para o restante valor relativo à sinalização turística, que por exigências do aviso não era possível candidatar ao presente aviso.-----

— Continuou a sua intervenção, informando, que no âmbito da Prioridade de Investimento 10.1 já se tinham realizado reuniões individuais com os municípios e os agrupamentos escolares, nos passados dias 3 e 4 de outubro, sendo que ainda se iriam realizar mais reuniões nos próximos dias 10 e 11 do corrente mês, com o intuito de preparar os projetos a candidatar, uma vez que o aviso de abertura de concurso deverá estar para ser

publicado sendo de todo conveniente que os municípios e a CIM tenham todo o trabalho preparatório da candidatura concluído. -----

--- Um outro objetivo das reuniões era preparar as escolas e os municípios para adequarem os seus projetos educativos, sendo que não se podia perder de linha de vista a questão dos indicadores de resultado que teriam que ser atingidos. -----

--- Por último, o Senhor Secretário Executivo referiu ser importante identificar áreas de intervenção transversais aos projetos para que de uma forma intermunicipal e integrada pudesse ser a CIM a apresentar e liderar essas áreas, como sejam, a área dos técnicos especializados (da psicologia ou da terapêutica), onde a CIM poderá proceder à contratação de um conjunto de técnicos que irão intervir diretamente nas escolas.-----

--- O Dr. Nuno Martinho continuou a sua intervenção, informando, o Conselho Intermunicipal que até ao próximo dia 17 de outubro iria ser submetida a candidatura da Programação Cultural em Rede, tal como tinha sido unanimemente aprovada pelo Conselho Intermunicipal. -----

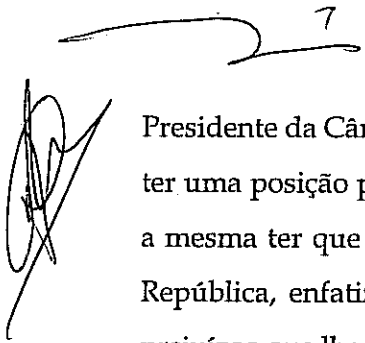
--- O Senhor Secretário Executivo informou, ainda, que no âmbito das reuniões individuais realizadas no âmbito da educação estava, também, a ser apresentada a 6ª edição do projeto "Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões", estando o mesmo a ser bem recebido pelos municípios e pelas escolas.-----

--- Concluiu a sua intervenção, informando, que o modelo do projeto se mantinha, bem como as conferências Teen, que tanto sucesso tinham tido no ano transato, sendo que iriam ser inseridas duas novidades na edição deste ano, sendo uma delas a visita dos alunos a uma empresa do seu município e a outra o apoio, por parte da empresa que estava a apoiar a CIM no projeto, à criação de clubes de empreendedorismo nas escolas. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, que começou a sua intervenção congratulando-se com a eleição do Senhor Eng.º António Guterres para Secretário-Geral da ONU, tendo proposto que a CIM Viseu Dão Lafões se associasse nesse seu voto de congratulação, o qual mereceu, de forma unanime, aprovação.

--- Continuou a sua intervenção, o Dr. João Azevedo, propondo que em face do elevado número de acidentes de viação que se têm verificado em diversas vias da região, das quais se destacam o IP3 e o IC12, que fosse solicitada uma audiência ao Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas, e que fosse dada, publicamente, conta dessa solicitação. ---

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que começou a sua intervenção concordando com a posição expressa pelo Senhor

 Presidente da Câmara de Mangualde, tendo reiterado o facto de a CIM Viseu Dão Lafões já ter uma posição pública sobre a matéria em apreço, sendo que concordava com o facto de a mesma ter que ser novamente reiterada quer publicamente, quer junto do Governo da República, enfatizando a necessidade de se defender a região de todo este problema e prejuízos que lhe têm sido causados.-----

— Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que interpretando a votado manifestada pelo Conselho Intermunicipal propôs que fosse solicitada uma audiência ao Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas e que dessa solicitação fosse dado conhecimento público, tendo as referidas propostas merecido a aprovação, unanime, do Conselho Intermunicipal.-----

— Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

---- Período da Ordem do Dia. -----

---- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 06/09/2016 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 06/09/2016. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por maioria, representando 150.708 eleitores, com duas abstenções, representando 24.032 eleitores, aprovar a ata. -----

— Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Apresentação, análise e discussão do trabalho desenvolvido pela Plataforma de Cooperação Institucional organizada em Redes, no âmbito da operacionalização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou que tinha sido solicitada a presença do Senhor Dr. Paulo Queirós, que se encontrava a trabalhar com a CIM nesta área, tendo de seguida solicitado ao Dr. Nuno Martinho que fizesse o enquadramento do ponto em análise.-----

— Foi dada a palavra ao Dr. Nuno Martinho que, de forma sintética, enquadrou todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela CIM Viseu Dão Lafões, tendo inclusive identificado as redes criadas e as prioridades de investimento a que se encontravam associadas, de forma a garantir a complementaridade das ações a desenvolver neste âmbito.

---- Concluiu a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, referindo, que a participação dos

diversos parceiros do projeto tem sido bastante positiva, repercutindo-se isso no trabalho desenvolvido. -----

— Foi dada a palavra ao Dr. Paulo Queirós, que, apoiado num powerpoint, apresentou, de forma detalhada, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por cada uma das redes (Qualificação e Mercado de Trabalho, Emprego, Empresas e Empreendedorismo, Coesão Social e Educação), sendo que não pode deixar de salientar o empenho e a qualidade do trabalho desenvolvido, quer pela CIM quer pelos diversos parceiros que esta encontrou para cada uma das redes. -----


— Seguiu-se um período de discussão sobre o trabalho apresentado tendo os presentes ficado esclarecidos sobre o trabalho já desenvolvido e as perspetiva de futuro do mesmo.—

— Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e ratificação do Despacho do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, no âmbito da proposta de desistência do projeto da CIM Viseu Dão Lafões, identificado no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, na prioridade de investimento 6.1, de acordo com a Informação de Serviço n.º 309/2016, de 22 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 174.740 eleitores, ratificar o Despacho do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, no âmbito da proposta de desistência do projeto da CIM Viseu Dão Lafões, identificado no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, na prioridade de investimento 6.1. -----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação, no âmbito do artigo 10º do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros, da intenção de aceitação da Delegação de Competências dos Municípios na CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º 315/2016, de 26 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que, de forma sucinta, apresentasse o mesmo. -----



— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que explicou, detalhadamente, a forma como o processo administrativa se processaria, sendo que após a aceitação, por parte do Conselho Intermunicipal, da delegação de competências seria enviado aos municípios um cronograma, proposta de minuta de deliberação e demais documentação necessária á boa tramitação do processo nos municípios. —

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 174.740 eleitores, aprovar, no âmbito do artigo 10º do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros, da intenção de aceitação da Delegação de Competências dos Municípios na CIM Viseu Dão Lafões. —

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —


— Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise e discussão da versão preliminar do Programa Nacional para a Coesão Territorial, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que, de forma sucinta, apresentasse o mesmo. —

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que apresentou um documento onde se encontravam vertidas um conjunto de questões que lhe pareciam pertinentes que fossem colocadas nesta fase, pelo que colocava à consideração do Conselho Intermunicipal a sua remessa para a Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo o Conselho Intermunicipal, unanimemente, concordado com o teor do referido documento e com a remessa do mesmo à ANMP. —

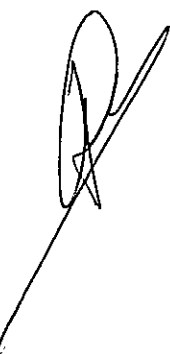
— Quanto ao **ponto sexto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 5ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2016, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que, de forma sucinta, apresentasse o mesmo. —

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que explicou que a presente proposta de alteração visava adequar o mesmo com os projetos de empreendedorismo e com o SIAC que tinha sido aprovado. —

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 174.740 eleitores, aprovar a 5ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2016. —



— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —



— Quanto ao **ponto nono da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a realização da 2ª edição do Concurso de Ideias de Negócio – Wanted Business Ideas”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 303/2016, de 12 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. —

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 174.740 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a realização da 2ª edição do Concurso de Ideias de Negócio – Wanted Business Ideas”. —

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —

— Quanto ao **ponto décimo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para implementação da 6ª edição do programa de empreendedorismo nas escolas de Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 307/2016, de 20 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. —

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 174.740 eleitores, aprovar o projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento para “Aquisição de serviços para implementação da 6ª edição do programa de empreendedorismo nas escolas de Viseu Dão Lafões - (AD_11/2016)” e adjudicar o referido contrato de prestação de serviços à concorrente GesEntrepreneur – Empreendedorismo Sustentável Lda., nos termos da sua proposta, pelo valor de €55.000,00 (cinquenta e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal. —

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —

